

Educação cidadã, mídias e formação de professores

Sonia Schechtman Sette

Márcia Angela da Silva Aguiar

Maria de Fatima Duarte Angeiras

Introdução

91

É incontestável a centralidade das mídias na sociedade contemporânea. As transformações sociopolítico-econômicas das últimas décadas do século 20 e do início deste século foram, sem dúvida, agudizadas por um processo de produção de conhecimento que, simultaneamente, contribuiu e se beneficia da acelerada evolução tecnológica que tem no campo da microeletrônica um elemento propulsor na implementação de recursos cada vez mais sofisticados das chamadas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC).

Desde os primórdios da humanidade, recursos tecnológicos são utilizados como meio de comunicação, a exemplo da simbologia atribuída à fumaça, passando pela imprensa, pelo rádio, pelo telégrafo, pela telefonia, pelo fac-símile, pela televisão, até o advento das redes na informática, da internet em especial, da telefonia móvel e da TV digital. A história desses recursos pautou-se sempre por um progresso relativo, muitas vezes impulsionado por períodos de guerra ou pelos requerimentos do desenvolvimento industrial, principalmente se comparada ao que se observa, hoje, nesse campo, cujos avanços, mais céleres do que nunca, apresentam também fortes motivações econômicas subjacentes a um processo de globalização, de intensa mobilidade do capital e de uma competitividade jamais vista, implícitas no espaço contemporâneo.

Dentre os recursos tecnológicos cada vez mais utilizados, ressalte-se o papel que as mídias desempenham na era atual, justamente porque têm vindo a favorecer a produção, a difusão e a democratização da informação, bem como a interação entre

formas de interação que possibilitam superar práticas pedagógicas fragmentadas e estabelecer múltiplas e simultâneas relações intra e extra-escolares.

Essas potencialidades de que são portadoras, nos campos social e educativo, evidenciam a importância e a necessidade do conhecimento, da apropriação e do domínio acerca do conjunto dos recursos midiáticos e suas linguagens a partir de uma postura teórico-epistemológica e metodológica que possibilite uma leitura crítica de seus limites e possibilidades, bem como do produto obtido por meio de sua utilização.

É neste contexto, portanto, que podem ser entendidos os processos que se denominam aqui de *alfabetização midiática*. Estes requerem uma atenção prioritária mediante a proposição e o desenvolvimento de políticas públicas, ditas de *inclusão digital*, que garantam à população o acesso efetivo às tecnologias e suas linguagens.

A expressão *inclusão digital*, de uso relativamente recente, tem se constituído num conceito complexo, que implica múltiplos entendimentos, dependendo da ótica sob a qual seja abordado. Corriqueiramente, ela está associada às idéias de *moderno*, de *avançado*, visão esta que merece uma análise mais detida que permita desvelar diferentes olhares que induzem a estabelecer tal relação.

Uma das interpretações recorrentes sobre o tema é a de que o domínio digital significa garantia de emprego e de inserção no mercado de trabalho. Na base dessa assertiva está implícita uma determinada compreensão da questão da qualificação profissional relacionada com a empregabilidade, mote central nos discursos de políticos, gestores e empresários na atualidade. Os críticos dessa visão vinculam tal entendimento à associação a um modelo sociopolítico-econômico excludente, de cunho neoliberal, que se instalou em muitos países nas últimas décadas do século 20.

Em contraposição a essa visão, toma-se, neste texto, a expressão *inclusão digital* no sentido de *alfabetização digital* ou, de forma mais abrangente, de *alfabetização midiática*, considerada como uma das condições fundamentais para a vivência plena nas sociedades contemporâneas pautada por uma perspectiva cidadã. Nessa ótica, a alfabetização midiática ganha tanta importância quanto a alfabetização entendida em seu sentido habitual, tendo em vista que ambas se efetivam por meio da apreensão das linguagens e seus códigos, sendo esses domínios também considerados como potencializadores de leitura crítica, de intervenção e de transformação do mundo.

O uso das várias e modernas tecnologias presentes na atualidade não pode ser restrito nem tampouco significar um privilégio de alguns, dado que se trata de um direito inalienável de cidadania e conseqüentemente acessível a todos. Por conseguinte, a apropriação desse conhecimento não deve ser apanágio de determinadas classes sociais, grupos especializados ou níveis exclusivos de formação. Cabe aos governos a definição de políticas públicas que garantam essa oportunidade a todos os segmentos da população, quaisquer que sejam as atividades que desempenhem e os níveis de escolarização que possuam.

Dentre as capacidades e competências que todos devem ser estimulados a adquirir ou desenvolver ao longo da vida sobressai a capacidade de avaliar criticamente os meios de comunicação, de modo a não se deixarem manipular como pessoas, como consumidores, como cidadãos, e de usá-los para interações a distância, seja em decorrência de exigências da formação escolar, do meio em que vivem ou do mundo

do trabalho, seja para a efetivação de articulações em nível planetário e para o conhecimento de outros modelos de convivência social.

Desse modo, todos podem se tornar produtores ou reprodutores de novos saberes, éticas e estilos de vida. Para que esse processo venha a ocorrer, é preciso estimular crianças, adolescentes e educadores a aprenderem a interagir com as diversas linguagens expressivas dos meios de comunicação. O convívio democrático nas sociedades contemporâneas requer a (re)criação permanente de novas formas de pensar, sentir e interagir, o que exige, entre outros requisitos, o desenvolvimento da capacidade para localizar, acessar e usar da melhor forma a informação acumulada, pois descrever, sistematizar e difundir conhecimentos será fundamental, e, para tal, todos devem aprender a manejar a informação.

Cabe reiterar que não se considera essa temática restrita ao aspecto profissionalizante ou mesmo de qualificação profissional. Trata-se de conhecimento imprescindível a uma ação cidadã plena, e, assim como o processo de alfabetização convencional é iniciado desde a mais tenra idade, é essencial que também o acesso e o domínio do uso das tecnologias midiáticas e suas linguagens tenham início logo cedo, em todos os espaços sociais e em particular nos educacionais.

1. Mídias na educação

94

Nesse contexto, considera-se a escola como um espaço privilegiado para promover o conhecimento e a cidadania, por meio também do domínio das mídias, ao propiciar a alfabetização midiática como parte dos processos de aprendizagem e de forma articulada ao projeto político-pedagógico da escola, visando ao desenvolvimento integral de crianças e jovens, em suas dimensões cognitivas, sociais e afetivo-emocionais.

Ao considerar o potencial desses importantes meios de comunicação e de informação, não se pode deixar de reconhecer seu significado para o campo da educação como veículo de interação capaz de ampliar a comunicação e a divulgação de informações, bem como de possibilitar a mobilização e a realização de ações conjuntas envolvendo sujeitos diferenciados, constituindo-se redes de comunicação. Assim, as NTIC favorecem não só a produção e socialização de culturas, influenciando e promovendo identidades, mas também permitem o acesso ao que se tem produzido em todo o mundo ao longo do tempo, desde que se considere sua ampla democratização.

Tais atributos são, também, reconhecidos pelas instâncias governamentais, como se observa abaixo, quando se ressalta que

[...] o emprego pedagógico do rádio e TV [...] amplia sobremaneira o acesso à informação, auxilia a formação do leitor crítico das diferentes mídias e possibilita a entrada na escola das discussões mais atuais, amplia a possibilidade de exploração de temas e de uso de formatos mais interessantes para a apresentação de informações (Brasil, 2005, p. 9).

Tal compreensão se amplia ao dimensionar as possibilidades da *web*:

[...] texto, som e imagem se encontram e intercombinam criando a possibilidade de navegar através de diferentes suportes de informática. Uma mesma informação pode se apresentar sob diferentes formatos, ampliando as possibilidades de aprendizagem (Brasil, 2005, p. 10).

Ressalte-se que essa interface, tanto de caráter didático-pedagógico quanto político, das mídias, quando devidamente democratizado o acesso, pode ser um importante meio para potencializar a formação de sujeitos como produtores e difusores da criação humana, objetivo último de um sistema educacional emancipatório, tal como explicita Sette (2005):

As TIC oportunizam ao estudante não apenas o acesso ao conhecimento humano, disponibilizado em meio digital ou via interatividade (in)direta com autores e leitores, mas, principalmente, a produção e difusão de sua própria criação. Esses novos meios de comunicação, quando democratizados, acessíveis a todos, ensinam e dão voz e poder ao cidadão.

Dada a sua inegável importância, é premente que o poder público estabeleça políticas públicas, estratégias e mecanismos que viabilizem a disponibilização universalizada e democratizada dos recursos tecnológicos, o que já se vislumbra em algumas iniciativas. Trata-se, contudo, de uma missão complexa que exige, em primeira instância, mudanças nas estruturas organizacionais das instituições envolvidas, implantação de infra-estrutura adequada e formação dos agentes educacionais.

Com relação ao primeiro aspecto, percebem-se as dificuldades para se alterar as estruturas vigentes, reflexos de uma cultura instalada, que não prevê, em geral, nas instituições, novos organogramas, funções, instâncias, perfis, que dependem do conhecimento e compreensão das novas demandas e principalmente da vontade política de efetivar mudanças, o que nem sempre acontece de modo ágil, na superação de entraves.

Por outro lado, a rápida obsolescência de equipamentos tecnológicos, na atualidade, e a necessidade de assegurar a existência de sistemas de manutenção e de suporte permanentes, bem como de infra-estrutura em geral, e de conectividade em especial, constituem fatores que tornam a implantação dessas políticas um desafio para o desenvolvimento de um projeto educacional que incorpore as novas tecnologias da comunicação e da informação nos currículos escolares.

O terceiro aspecto, que trata da formação do professor, base para o desenvolvimento de projetos pedagógicos que utilizem as mídias e ensinem impactos nos processos de aprendizagem e na sociedade, merece um olhar mais aprofundado, pois constitui uma premissa indispensável, mesmo em presença satisfatória dos aspectos citados, como se debaterá a seguir.

2. Desafios para a formação de professores e professoras

O grau de complexidade que envolve a questão da formação dos profissionais da educação, em especial dos professores e professoras, amplia-se ainda mais quando se propõe uma formação que atenda a novos requerimentos da prática docente, no curso de uma história de formação que, não obstante os avanços, tem se deparado

com entraves, de diversas ordens, que se interpõem à incorporação de mudanças nas instituições formadoras. Evidência desta problemática pode ser observada nas dificuldades do processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais¹ dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) no País, inclusive de ordem epistemológica.

De fato, com o advento de um processo de tecnologização cada vez mais rápido, os teóricos vêm-se às voltas com uma maior fluidez nas linhas que demarcam os campos do conhecimento, bem como com uma crescente produção do conhecimento que, a cada dia, faz cair por terra conceitos perenizados sob o rótulo de verdades.

Santos (2002, p. 57), nesse sentido, chama a atenção para o fato de que, "tal como Descartes, no limiar da ciência moderna, exerceu a dúvida em vez de a sofrer, nós, no limiar da ciência pós-moderna, devemos exercer a insegurança em vez de a sofrer". De forma complementar, ele esclarece:

E isso é precisamente por estarmos numa fase de transição. Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados. Sabemo-nos a caminho, mas não exatamente onde estamos na jornada (Santos, 2002, p. 57-58).

96

Neste cenário, algumas questões se impõem: Como pode se estruturar a formação do docente ao se considerar que o grande desafio para o professor é o de contribuir para que os educandos pensem não à luz de uma verdade sólida e inexorável, mas considerando epistemologicamente as diferentes verdades construídas e em permanente estado de inconclusão – fato que caracteriza o progresso científico? Como se define a formação de professores, responsáveis também, em certa medida, pela formação de cidadãos que são criados para um mundo que se funda num conhecimento complexo e permanentemente em estado de mutação? O modo como tem se constituído tradicionalmente essa formação tem ajudado a preparar profissionais para novas formas de atuação pedagógica? Como se comportam esses professores ao perceberem as diferentes oportunidades geradas pelas modernas tecnologias com as quais se deparam, bem como os seus educandos? Percebem com clareza, que, dependendo da situação mundial em que se posiciona o país em que exercem suas atividades, pode lhes ser negado, e aos estudantes, o amplo acesso ao uso e à apropriação das benesses tecnológicas, numa negação de direito à utilização de amplos recursos tecnológicos, inclusive os midiáticos, que nem sempre são os mais avançados, mas que permitem acesso ao mundo contemporâneo?

Esses questionamentos permitem vislumbrar que o currículo tradicional da formação inicial no ensino superior encontra-se, de certo modo, em xeque, na medida em que se faz imprescindível, cada vez mais, favorecer o debate crítico dos processos sociais, políticos e educacionais decorrentes das complexas mudanças no mundo contemporâneo, o que implica superar o viés tecnicista e reducionista que ainda predomina em muitos cursos. Aliás, não é outra a defesa que faz a Associação Nacional

¹ Consultar [www.mec.gov/cne](http://www.mec.gov.br/cne)

pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), combativa entidade do campo educacional, quando propõe uma sólida formação teórica para os cursos de Pedagogia e Licenciaturas, bem como a articulação teoria-prática.

Com efeito, múltiplas determinações políticas, econômicas, sociais e culturais foram configurando os espaços educacionais, o educador, o educando e suas práticas. Nesse sentido, significativos aspectos da formação do docente são problematizados e se tornam objetos de investigação, a exemplo dos modos intencionais de articulação dos processos educativos com a *Web* para fins da aprendizagem, bem como a associação das novas tecnologias à educação a distância. Muito embora as novas tecnologias da comunicação e da informação ganhem cada vez mais espaço na sociedade brasileira, constata-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que os cursos de formação de professores possam explorar de forma pedagógica, criticamente e com qualidade, todas as alternativas de que as mídias dispõem.

Na verdade, o que diferencia, no limite, uma formação consistente no âmbito do ensino superior de modo a atender a complexidade das sociedades contemporâneas é, sobretudo, a possibilidade de desenvolvimento de uma postura crítica diante de uma realidade em permanente construção. As condições para viabilizar tal proposta exigem também definições macropolíticas que redefinam a carreira profissional e a questão salarial, que, por sua vez, influenciam a qualidade da formação inicial e continuada dos professores e professoras.

Com esse entendimento, as instituições formadoras devem levar em conta, na definição dos currículos dos cursos de formação, processos pedagógicos que incentivem uma perspectiva de abertura a novas aprendizagens de forma crítica e criativa e que contribuam para superar a fragmentação e o reducionismo predominantes em alguns cursos. Tal perspectiva orienta também o debate sobre as mídias na educação.

97

3. Formação de professores, EaD e uso das mídias

Inicialmente, duas questões se colocam como demarcadoras para o debate sobre a relação formação de professores, EaD e mídias: a primeira diz respeito à importância crescente atribuída aos sofisticados artefatos tecnológicos nos processos interacionais na sociedade contemporânea; a segunda refere-se à centralidade desses artefatos nos processos formativos dos profissionais da educação básica, em especial dos professores e professoras, sobretudo no âmbito das universidades.

Entre os artefatos tecnológicos mais valorizados na sociedade atual encontra-se o computador, cujo uso, nos seus primórdios, não se efetivava em contextos escolares. Com efeito, o computador, que surge em função da indústria bélica, percorreu um longo caminho até ser considerado uma tecnologia passível de ser utilizada nos meios educacionais. Contudo, ao aportar nas escolas de nível básico no Brasil, deixou em segundo plano o docente, que foi preterido em função de consultorias especializadas no uso das tecnologias do campo da informática.

Tal fato pode explicar, em parte, a ausência de pressão dos setores organizados dos profissionais da educação junto às IES para que viessem a incorporar esse

tipo de conhecimento aos currículos dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas das diversas áreas. Aliás, proposta dessa natureza para os currículos das licenciaturas foi veiculada em trabalho anterior de Sette et al. (1995).

Tal requisito se torna mais urgente ao se observar que as mudanças aceleradas, propiciadas pelo desenvolvimento técnico e tecnológico, têm uma repercussão tão forte que as fronteiras paradigmáticas e epistemológicas estão sob permanente redefinição, dada a célere evolução científico-cultural em todos os campos do conhecimento.

Nesse panorama, assume grande relevância a permanente atualização de profissionais, capazes de estimular, induzir e de participar ativamente dos processos de mudanças, pela reconhecida necessidade de atualização dos conhecimentos em todos os campos da atividade humana.

A educação é, neste sentido, certamente, um campo privilegiado, ao se considerar a formação continuada dos educadores, sobretudo quando se trata da incorporação dos recursos midiáticos integrados ao cotidiano de suas práticas profissionais.

A preocupação com os processos de formação continuada dos profissionais da educação está presente nas manifestações dos teóricos e das entidades históricas da área como um dos princípios orientadores da estrutura e organização curricular dos cursos de formação, como observa Freitas (1999, p. 32-33):

[...] formação inicial articulada à continuada, assim gerando solidez teórico-prática na formação inicial, e diálogo permanente entre 'o locus de formação inicial e o mundo do trabalho, por intermédio de programas e projeto de educação continuada'.

98

Mas não se deve esquecer que esse processo possui componentes políticos e axiológicos muito fortes, devendo ser permeado por

[...] uma sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais bem como o compromisso social e político do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica do educador, estimulando uma análise política da educação (Freitas, 1999, p. 32).

É também à luz desses demarcadores que se deve considerar a inserção dos recursos tecnológicos que vem se intensificando, paulatinamente, no meio educacional, exigindo-se novas teorias e métodos que correspondam a esse processo dinâmico, tornando ainda mais imprescindível a concepção e a implantação de programas de formação continuada para os atores envolvidos no processo de aprendizagem.

A incorporação das mídias e de suas linguagens no cotidiano escolar deverá necessariamente se constituir foco temático no próprio processo de formação inicial dos profissionais da educação como elemento comum de suas práticas e como objeto de investigação científica.

A mera inclusão de disciplinas ou o uso pontual de recursos tecnológicos ou mídias nos espaços de formação não têm demonstrado resultados eficientes quanto à efetiva incorporação desses instrumentos nos processos de aprendizagem. É fundamental que os docentes formadores se apropriem também do instrumental existente e disponível, de modo que este passe a ser integrado, natural e permanentemente, às metodologias no processo de formação do qual é mediador. Além disso, as mídias

tornam-se também objeto de reflexão, problematização e experimentação ao longo da formação inicial do professor. Nesse sentido, mostra-se relevante o estímulo às iniciativas voltadas aos formadores, especialmente aos docentes dos cursos de licenciatura, quanto à utilização das mídias no âmbito da Educação, conforme se observa em Sette et al. (1995).

Uma formação que não contemple os aspectos citados acima e que se baseie em pressupostos tradicionais, fragmentando ou isolando esses componentes, pode implicar uma prática que valoriza a repetição e que trata de forma pouco criativa e reduzida o potencial dos recursos tecnológicos disponíveis.

Um diferencial relevante quanto ao processo de formação inicial ou continuada de docentes da educação básica incorporando as TIC refere-se à utilização, ao longo de cursos de formação continuada, de metodologias centradas nas experiências vivenciadas pelos cursistas, promovendo a integração de diversos sujeitos – estudantes, professores, gestores etc. – em formação simultânea, ao mesmo tempo em que contempla a integração teoria-prática desenvolvida em ambiente real, como explicitado em Sette, Aguiar e Sette (2000).

As iniciativas de formação continuada, incentivadas inclusive na LDBEN, devem incorporar, cada vez mais, as mídias nos processos pedagógicos, em especial em ambientes de educação a distância. Essa incorporação certamente requer o desenvolvimento de políticas públicas que venham assegurar à população o acesso democrático a esses recursos.

Com efeito, a presença cada vez mais forte das tecnologias na sociedade, em todos os campos do conhecimento, exige que essa temática seja contemplada no âmbito educacional. No debate sobre o uso das tecnologias no campo educacional uma questão vem sempre à tona: a controversa EaD.

Desde seu surgimento, a EaD tem se caracterizado como recurso que possibilita a democratização do acesso ao conhecimento, principalmente no que se refere ao binômio tempo-espço. Por meio da EaD o cidadão tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, por um lado, organizando seu próprio esquema de horário de estudo, pesquisa, realização de atividades etc., e, por outro, valendo-se da *expertise* de especialistas localizados nos mais diversos rincões do País ou mesmo do planeta. Há que fazer referência ainda às possibilidades oferecidas àqueles que possuem deficiências de locomoção e que estariam excluídos dessa chance. Esses parecem ser argumentos válidos a serem levados em conta na defesa da EaD que tenha por norte a cidadania e o desenvolvimento humano (Sette et al., 2006).

Na atualidade, a EaD adquire novo alento e tem ampliado seu potencial como modalidade de aprendizagem a partir do incremento tecnológico, mais especificamente com o advento das NTIC. Desde a utilização da correspondência postal como meio de comunicação, passando pelo rádio, pela televisão e mais recentemente chegando-se à rede internet e à TV digital, a EaD, como reconhecem os estudiosos da área, assume proporções e alcances jamais vistos anteriormente.

Contudo, esse é um movimento que deve ser visto, sobretudo, com senso crítico e leitura macropolítica, porque se trata de um tema controverso. Sabe-se que essa crescente valorização não pode ser vista de forma dissociada dos marcos que reordenam a política no bojo de um processo econômico mais amplo em que o acesso

às tecnologias realiza-se de modo desigual, em função das especificidades do País. Quase sempre esse cenário possui relação direta com o estatuto do País em relação à produção e à diferenciação de utilização de suas estruturas tecnológicas, havendo maior investimento naquele que interessa ao capital. Existem, ainda, barreiras a serem superadas, além das econômicas, tais como a do acesso às tecnologias, as idiomáticas e culturais em geral.

Por outro lado, é cada vez mais forte a movimentação da sociedade em busca do acesso a essas tecnologias, o que significa, no limite, lutas pela efetiva democratização da educação, pelo pleno acesso aos meios de comunicação e, em especial, à internet. Esse destaque deve-se, sobretudo, ao fato de se tratar de um recurso que oferece uma oportunidade de dupla-via: o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, disponível na rede, e, ao mesmo tempo, para quem a acessa, a possibilidade de oferecer ao mundo os resultados de suas próprias reflexões, experiências, estudos, pesquisas - ou seja, de seu conhecimento.

É bem verdade que se vive em uma sociedade excludente, onde as necessidades mais básicas da maioria da população não são satisfatoriamente atendidas, e, assim, o acesso às tecnologias ainda está restrito a um pequeno grupo privilegiado. Contudo, mesmo considerando essas precárias condições, é necessário conjugar esforços de governos e da sociedade civil para superar e vencer obstáculos, e, para tanto, os meios de comunicação representam importante fator catalisador. Urge, portanto, uma tomada de posição por parte da sociedade organizada, exigindo dos setores responsáveis que seja priorizada a democratização do acesso aos meios de comunicação, em particular à internet e à TV digital, para todos os segmentos sociais.

Nesse contexto, no campo da educação, na formação de professores em geral e na EaD, as mídias se constituem poderosos recursos capazes de concorrer para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem que contribuam para a formação cidadã. Para efetivar essa intenção, torna-se fundamental assegurar a presença das mídias nos currículos das instituições formadoras dos profissionais da educação e nos processos de formação continuada, como práticas e como objeto de investigação. Exige-se, portanto, uma ação política que assegure investimentos e recursos materiais e possibilite o desenvolvimento de programas e projetos institucionais articulados nas três esferas jurídico-administrativas (União, Estados e municípios), capazes de impulsionar mudanças concretas nos currículos e práticas pedagógicas nas redes escolares.

Pode-se considerar como uma iniciativa governamental que pretende se inserir nesta lógica o *Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação*, do Ministério da Educação com o apoio de outros setores, como as Secretarias de Educação e as Instituições Públicas de Educação Superior. O escopo do Programa abrange módulos para profissionais da educação, no sentido de fomentar o uso de impressos, rádio, televisão e informática.²

² Uma versão-piloto do Programa foi implantada *on-line*, em 2005, para 1.200 potenciais multiplicadores e tutores de todos os Estados brasileiros; em 2006, foi iniciada a oferta do Ciclo Básico, *on-line*, com certificação em extensão, para dez mil profissionais de Educação Básica do Sistema Público em todo o País, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação - TV e vídeo, informática, rádio e impressos -, de forma integrada ao processo de aprendizagem, aos profissionais de educação.

É importante assegurar, nesse tipo de iniciativa, o estímulo à integração, à articulação e à autoria, por parte dos sujeitos envolvidos, o que poderá emprestar ao Programa um caráter inovador, como um espaço gerador de cidadania e de novas possibilidades de construção do conhecimento, por meio do domínio das tecnologias e suas linguagens.

O acompanhamento e a avaliação dessa iniciativa e de políticas similares que estão em curso no Brasil e em outros países precisam ser incentivados, de modo que os seus impactos na realidade educacional e social sejam devidamente dimensionados, servindo para modelar novas políticas de inclusão social.

Considerações finais

A presença das mídias em todos os setores da sociedade e particularmente no campo da formação dos profissionais da educação deve ser vista como mais um desafio permanente na construção de sociedades democráticas e de cidadãos e cidadãs críticos e participativos.

No Brasil, as polêmicas que atravessam o campo da formação dos profissionais da educação, em especial dos professores e professoras, demonstram cabalmente que há um longo percurso a ser percorrido na busca de consensos a respeito do uso das tecnologias e recursos midiáticos como componentes curriculares e pedagógicos nos cursos de formação de profissionais para a educação básica. As controvérsias em torno da utilização da EaD em processos formativos, particularmente nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas, indicam a necessidade de ampliação do debate, das pesquisas e da instauração de processos de avaliação que, simultaneamente, contribuam para o avanço do conhecimento e subsidiem a formulação de políticas, programas e ações institucionais neste campo.

Não são poucos os desafios que se apresentam no âmbito da formação de professores para a educação básica, dada a ausência de um sistema nacional de formação que considere o tripé formação, salário e condições materiais de trabalho. Por outro lado, as políticas governamentais voltadas para a formação de professores e professoras para a educação básica, em especial as que estão sinalizadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contemplam o uso massivo das mídias, particularmente na Universidade Aberta do Brasil (UAB), considerada a estratégia principal para garantir a formação de professores no País. Nesse cenário, que tem suscitado polêmicas, haverá, certamente, a proliferação de projetos, nas IES, em todas as regiões do País, em que a EaD e as mídias estarão cada vez mais presentes.

Tal perspectiva exigirá a atenção dos setores interessados ou envolvidos com a questão da formação de professores para procederem as intervenções necessárias que concorram para a afirmação de projetos que contribuam para a ampliação da cidadania. O acervo de conhecimento acumulado, neste campo, resultante da pesquisa científica da área e das lutas históricas em defesa da formação desses profissionais, constitui um legado importante para sedimentar a construção de referenciais teórico-práticos que incorporem os avanços científico-tecnológicos produzidos pela

humanidade e que apontem para o fortalecimento da educação e das conquistas da cidadania.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Márcia A. S.; SILVA, Aída M. M. *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.

AGUIAR, Márcia A. S.; MELLO, Márcia M. O. Pedagogia e as diretrizes curriculares do curso de pedagogia: polêmicas e controvérsias. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, 2005.

BARRETO, Raquel G. *Formação de professores, tecnologias e linguagens*. São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394/96. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. *Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação*: projeto básico. Brasília, 2005.

CASTELLS, M. *O fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Helena Costa L. de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 69, p. 17-44, 1999.

102

FERREIRA, N. S. C. *A EaD e a formação de gestores na educação básica*: princípios e significados na contemporaneidade. (Palestra proferida na SBPC Regional, eixo EaD e Formação de Gestores). [S.l.], 2005. Não publicado.

GARCÍA, Carlos M. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto, 1999.

KENSKI, Vani. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

SANTOMÉ, Jurjo T. *Globalização e interdisciplinaridade*: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Boaventura S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SETTE, Sonia S. *A tecnologia contribuindo para uma escola cidadã*. Brasília: MEC/Salto para o Futuro, 2005.

SETTE, Sonia S.; AGUIAR, Marcia A.; SETTE, José S. A. Vivência na escola: integração teoria-prática na formação de recursos humanos para Informática na Educação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – SBIE, 11., 2000, Maceió. *Anais...* Maceió: SBIE, 2000.

SETTE, Sonia S. et al. Informática nas licenciaturas: um espaço em construção. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – SBC, 6., 1995, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 1995.

SETTE, Sonia S. et al. *A educação a distância renovada como instrumento de formação e de gestão*. Curitiba: Fundação de Cultura, 2006.

SHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1995.

Sonia Schechtman Sette, doutora em Matemática pela Universidade de Montpellier (FR) e pós-doutora em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é diretora de Tecnologia na Educação da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife e assessora em Educação a Distância da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

seceduca@recife.pe.gov.br

Márcia Angela da Silva Aguiar, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

marcia.aguiar@pq.cnpq.br

Maria de Fatima Duarte Angeiras, doutoranda em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professora da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

f_angeiras@hotmail.com

